



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Concurso Público para Provimento de Cargos de

Analista Judiciário – Área Administrativa Especialidade Contabilidade

Opcao de Cargo C03, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Novembro/2003

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Ninguém discordará, em sã consciência, da necessidade de o Brasil passar por mudanças significativas em sua legislação penal, tendo em vista adquirir um melhor instrumental jurídico para combater algumas das nossas mais notórias chagas sociais contemporâneas, quais sejam, o desrespeito à vida humana, a violência desenfreada – principalmente (não só) nas grandes concentrações urbanas – e, sobretudo, a crônica impunidade. No entanto, a justa pressão social pela diminuição dos assombrosos índices de violência e criminalidade não pode dar margem a um atabalhoado processo de mudança das leis penais, que abrigue contradições, inconstitucionalidades e até efeitos contrários ao que se pretende. O Congresso Nacional e toda a sociedade brasileira precisam estar atentos a projetos de lei que, em lugar de combater o crime, podem se tornar inteiramente contraproducentes, chegando a estimulá-lo. (...)

É preciso entender que o grande problema não é a ausência ou o defeito da lei, mas sim a sua não observância, a falta de sua aplicação e, no caso específico das execuções penais, a falta de rigor no cumprimento integral das penas que já existem. Por outro lado, há distorções fundamentais de entendimento que têm estimulado a criminalidade, como é o caso dos menores delinqüentes, cuja utilização por quadrilhas de adultos como "autores" dos crimes é cada vez maior. A situação "de menor", com base na proteção estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, se transforma em perfeito escudo da quadrilha, para fins de impunidade. A experiência de outros países, que nos últimos anos têm obtido êxito no combate à violência e à criminalidade, mostra que muito mais importante do que criar uma nova lei é fazer cumprir, com rigor, a já existente.

(O Estado de S. Paulo, A3, 05 de maio 2002)

1. Na opinião do editorialista,
 - (A) é necessário fazer-se uma revisão do Código Penal Brasileiro, para evitar a aplicação das leis muito brandas atualmente existentes no País.
 - (B) deve haver alterações substanciais na lei penal, mas o importante será uma preocupação maior com o cumprimento das penas estabelecidas.
 - (C) a sociedade civil não tem conhecimento suficiente para entender todas as implicações das leis penais brasileiras, atualmente em vigor.
 - (D) a recente alteração das leis penais no Brasil ocorreu sem que se observem as possibilidades de sua aplicação conforme o dispositivo constitucional.
 - (E) é preocupante o número de menores envolvidos em crimes que não são devidamente apurados, exatamente pelo descumprimento habitual das leis existentes.

2. O argumento mais importante utilizado no editorial é:
 - (A) Há necessidade de uma revisão minuciosa de um Código Penal permissivo e obsoleto, em vigor no País.
 - (B) Deve fazer-se a incorporação rápida e urgente dos vários projetos existentes na mudança de nossas leis penais.
 - (C) Os envolvidos no processo de mudança das penalidades devem ser pessoas de conhecimento específico dessas leis e de sua aplicação.
 - (D) É necessário respeito rigoroso ao que dispõem as leis penais existentes, evitando-se principalmente a impunidade dos criminosos.
 - (E) O Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser revisto, para que haja mais rigor na punição de menores criminosos.

3. (não só) (6ª linha do 1º parágrafo)

O comentário entre parênteses deve ser entendido, considerando-se o contexto, como significando que a *violência desenfreada*

 - (A) não existe somente nas grandes áreas urbanas.
 - (B) instalou-se somente nas grandes áreas urbanas.
 - (C) não se instalou nos grandes centros urbanos.
 - (D) é o problema menos importante das grandes áreas urbanas.
 - (E) concentra-se, notoriamente, nas grandes áreas urbanas.

4. ... e até efeitos contrários ao que se pretende. (12ª linha do 1º parágrafo)

O sentido da frase transcrita acima é retomado, no texto, pelo segmento:

 - (A) ... tendo em vista adquirir um melhor instrumental jurídico...
 - (B) ... e, sobretudo, a crônica impunidade.
 - (C) ... podem se tornar inteiramente contraproducentes...
 - (D) ... o grande problema não é a ausência ou o defeito da lei...
 - (E) ... a falta de rigor no cumprimento integral das penas que já existem.

5. A presença das aspas em "autores" (8ª linha do 2º parágrafo) chama a atenção para o fato de
 - (A) haver, cada vez mais, menores envolvidos com a criminalidade, por inação do Poder Público e ausência de legislação específica.
 - (B) existir o amparo legal para a recuperação de menores delinqüentes longe da influência das quadrilhas comandadas por marginais já adultos.
 - (C) ser possível cumprir pena por período menor que o estipulado nas leis, por ter sido o crime praticado por um menor de idade.
 - (D) ser atribuída a autoria de crimes a menores que não podem ser condenados, em vista do disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - (E) ocorrer, ultimamente, um aumento do índice de criminalidade em todo o País, numa violência que afeta principalmente o desenvolvimento dos menores de idade.

6. ... como é o caso dos menores delinquentes, cuja utilização por quadrilhas de adultos como "autores" dos crimes é cada vez maior. (6ª, 7ª e 8ª linhas do 2º parágrafo)

O pronome grifado substitui corretamente, no texto, a utilização

- (A) das quadrilhas de adultos.
- (B) da criminalidade.
- (C) dos autores dos crimes.
- (D) do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (E) de menores delinquentes.

7. – principalmente (...) nas grandes concentrações urbanas – (6ª e 7ª linhas do 1º parágrafo)

O uso dos travessões, isolando a observação acima, introduz no contexto

- (A) o desejo de que se controle a violência.
- (B) uma advertência em relação aos itens especificados.
- (C) uma limitação à afirmativa anterior.
- (D) a citação de um autor diferente, no texto.
- (E) a inclusão de um pedido especial.

8. ... que abrigue contradições. (11ª linha do 1º parágrafo)

A forma verbal grifada na frase acima indica

- (A) probabilidade, dentro de certas condições.
- (B) fato real, num tempo presente.
- (C) ação concreta, em relação a um tempo futuro.
- (D) ação futura, em relação a um tempo passado.
- (E) finalidade, tendo em vista uma situação anterior.

9. Ninguém discordará, em sã consciência, da necessidade de o Brasil... (início do texto)

O mesmo tipo de complemento exigido pelo verbo grifado na frase acima está em:

- (A) Um maior rigor na aplicação e no cumprimento de penas tem sido defendido em vários projetos de lei, em tramitação no Congresso.
- (B) Representantes no Congresso Nacional batalham pela aprovação das mudanças necessárias em nossa legislação penal.
- (C) As autoridades tomaram várias medidas de combate à violência desenfreada nas grandes concentrações urbanas.
- (D) Os índices de violência e criminalidade aumentaram assustadoramente nos últimos anos, em especial nas grandes cidades.
- (E) A crônica e habitual impunidade constitui mais um elemento de atração na realização de atividades criminosas.

10. Obedecer leis existentes é o instrumento que se deve recorrer no combate violência, em qualquer lugar.

As lacunas da frase apresentada serão corretamente preenchidas por:

- (A) as - a - a
- (B) as - à - à
- (C) as - à - a
- (D) às - a - à
- (E) às - à - a

Atenção: As questões de números 11 a 15 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O processo de globalização foi muito mais rápido no âmbito das finanças e do comércio do que no plano político e institucional. Mas não há caminho de volta nem para a globalização nem para as instituições de governança regional e global. O único caminho possível é avançar no processo de transformação da ordem mundial e institucionalizá-la. (...)

A ordem global em formação tem algumas vantagens e muitos riscos, parte deles criada pelo desmoronamento das instituições multilaterais. A principal vantagem é a integração pelas comunicações. Hoje, atrocidades como as que aconteciam sob a censura e o véu da impunidade hegemônica no século passado se tornam conhecidas, em tempo real, pela opinião pública mundial. É o primeiro passo para o estabelecimento de limites e sanções à violação em larga escala dos direitos da humanidade. Mas aí está Kosovo para provar que a humanidade ainda é impotente diante desses eventos. O horror instantâneo, porém, já não nos pode ser sonogado. Nós nos horrorizamos em tempo real. A rede global de comunicações dá novos recursos aos movimentos coletivos de defesa dos direitos e da paz e compromete governantes.

Há falhas, claro. O reconhecimento, tardio, da censura e da pressão à imprensa nos EUA e na Inglaterra durante o ataque ao Iraque, por exemplo.

(Adaptado de Sérgio Abranches, *Em foco. Veja*, 24 de setembro de 2003)

11. De acordo com o texto, a vantagem trazida pelas comunicações encontra-se

- (A) na facilidade de reunir um grande número de pessoas para pressionar governantes, levando-os a ouvir e a respeitar a opinião pública.
- (B) na possibilidade de conhecer antigos hábitos de tortura e de violação dos direitos humanos, principalmente em países de tradição milenar.
- (C) na facilidade para se manter a população bem informada a respeito de acontecimentos importantes em regiões afastadas do globo.
- (D) no fechamento político de certas civilizações que se mantêm ainda distantes do processo de globalização, em defesa de suas tradições milenares.
- (E) na rapidez da divulgação dos fatos em todo o mundo, possibilitando a expressão da opinião pública, favorável ou desfavorável a eles.

12. *Mas aí está Kosovo...* (meio do 2º parágrafo)

Deduz-se corretamente do contexto que o exemplo acima foi citado devido a

- I. ser até hoje a região em que a população é plenamente assistida em seus direitos básicos e onde se exercita a cidadania.
- II. ter sido essa região palco de flagrante desrespeito aos direitos humanos, sem que houvesse interferência das demais nações.
- III. ter-se transformado num exemplo de mobilização da sociedade contra governantes autoritários, que não respeitavam a opinião pública.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

<p>13. <i>Há falhas, claro.</i> (início do 3º parágrafo) O comentário introduz, considerando-se o contexto, uma</p> <p>(A) ressalva. (B) conclusão. (C) explicação. (D) finalidade. (E) proporção.</p>	<p>19. A referência 15:20 utilizada em planilha MS Excel 2000, identifica todas as células</p> <p>(A) entre as colunas 15 até 20, inclusive. (B) entre as linhas 15 até 20, inclusive. (C) das colunas 15 e 20. (D) das linhas 15 e 20. (E) da linha 15 e da coluna 20.</p>
<p>14. A concordância está correta na frase:</p> <p>(A) Respeitar os direitos civis são importantes para o aperfeiçoamento do processo democrático de uma nação. (B) Crimes contra a humanidade, que despertam horror, deve ser totalmente banido da ordem mundial. (C) Parte dos conflitos que surgiram no século passado foi controlada com brutalidade por regimes militares autoritários. (D) Nem sempre a solução que algumas instituições é capaz de oferecer apresentam-se realmente adequadas aos problemas existentes. (E) A única solução possível para resolver conflitos entre nações encontram-se no processo de transformação da ordem mundial.</p>	<p>20. A abertura do catálogo de endereços NÃO é realizada, no MS Outlook Express 6.0, clicando-se</p> <p>(A) em Endereços da barra de ferramentas. (B) no ícone Para da janela Nova mensagem. (C) no ícone Cc da janela Nova mensagem. (D) no ícone Cco da janela Nova mensagem. (E) no ícone De da janela Nova mensagem.</p>
<p>15. Há palavras escritas de modo INCORRETO na frase:</p> <p>(A) Regimes de exceção usam meios repressivos e autoritários para dominar minorias subjugadas, em flagrante desrespeito a seus direitos. (B) Pessoas famosas, que gozam de uma situação privilegiada, colocam-se na defesa de populações abandonadas à própria sorte. (C) Associações civis organizadas são indispensáveis na defesa dos direitos humanos e da paz, em qualquer lugar do planeta. (D) Encontram-se espalhados pelo mundo contingentes de expatriados, que fogem dos maus tratos impostos por governantes autoritários. (E) A expansão das comunicações por todo o globo estabelece um controle, nem sempre eficaz, dos horrores a que populações estão sujeitas.</p>	<p>21. Quanto à previsão constitucional das penas, pode-se afirmar que:</p> <p>I. Nenhuma passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação de perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.</p> <p>II. A lei regulará a individualização da pena, devendo adotar, dentre outras, a de interdição de direitos, e vedar, dentre outras, a de banimento.</p> <p>III. Como a pena deverá ser cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a idade e o sexo, os filhos das presidiárias não podem permanecer com elas durante o período da amamentação.</p> <p>IV. Em nenhuma hipótese a pena de morte será aplicada no Brasil.</p> <p>É correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I e II. (B) I e III. (C) I e IV. (D) II e III. (E) II e IV.</p>
<p>16. Os teclados dos microcomputadores no padrão brasileiro, normalmente no MS-Window 98, devem ser identificados e assinalados pelo <i>layout</i></p> <p>(A) Internacional (Brasil padrão). (B) Internacional (Português brasileiro). (C) Português (Internacional). (D) Português (Brasil ABNT2). (E) Padrão (Português ABNT2).</p>	<p>22. Projeto de lei estabelece os órgãos dos partidos políticos encarregados de aprovar novas filiações e de aplicar a expulsão de filiados por violação de deveres partidários. Nesse caso, há</p> <p>(A) controle estatal de cunho popular, porque à cidadania interessa a liberdade de ingressar em um partido político assim como dele não ser expulso. (B) cumprimento dos requisitos estatutários mínimos exigidos expressamente na Constituição Federal para estruturar um partido político. (C) evidente interesse público, visto que evita o apossamento dos partidos políticos pelas oligarquias, mantendo-os democraticamente arejados. (D) inconstitucionalidade, por ofensa ao princípio da autonomia para definir a estrutura interna, organização e funcionamento dos partidos políticos. (E) manifestação expressa da vontade do povo, através de seus representantes, para que haja um controle estrutural mínimo dos partidos políticos.</p>
<p>17. Um arquivo novo será criado, após a digitação de um documento por meio do editor MS Word 2000, utilizando-se a caixa de diálogo</p> <p>(A) Salvar como. (B) Salvar. (C) Novo. (D) Arquivo. (E) Colar especial.</p>	
<p>18. No MS Word 2000, a inserção de uma "Quebra automática de texto" implicará continuar o texto em uma linha em branco</p> <p>(A) na próxima página do documento. (B) na próxima coluna da página. (C) após uma figura ou tabela, alinhadas nas margens direita ou esquerda. (D) após o término da seção. (E) na próxima página ou coluna, dependendo da formatação das páginas.</p>	

<p>23. Astrogildo, que percebe proventos de aposentadoria de servidor público, pretende ingressar em carreira do serviço público para a qual não se permitiria acumulação remunerada, se ele ainda estivesse na ativa. A acumulação será</p> <p>(A) vedada, porque os proventos de aposentadoria somente podem ser acumulados com a remuneração dos cargos eletivos.</p> <p>(B) permitida, porque a aposentadoria já integra seu patrimônio como ato jurídico perfeito e acabado.</p> <p>(C) vedada, porque, nesse caso, seus proventos de aposentadoria e a remuneração desse cargo público não se acumulam.</p> <p>(D) permitida, porque, nesse caso, a nova carreira é equiparada ao cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração.</p> <p>(E) vedada, porque os proventos de aposentadoria somente podem ser acumulados com a remuneração dos cargos em comissão e dos cargos acumuláveis.</p>	<p>27. Quanto à lei conhecida como "Lei de Improbidade Administrativa", é INCORRETO afirmar que,</p> <p>(A) ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.</p> <p>(B) àquele que, não sendo agente público, concorrer para a prática do ato de improbidade administrativa, não é aplicável a referida lei, visto que responderá por crime mais grave previsto no Código Penal.</p> <p>(C) no caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.</p> <p>(D) quando cabível, a indisponibilidade de bens recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.</p> <p>(E) em caso de lesão ao patrimônio público ou de enriquecimento ilícito, o sucessor do agente está sujeito às cominações da lei até o limite do valor da herança.</p>
<p>24. Na Administração Pública, ocorrendo os preceitos previstos em lei, o cargo de provimento efetivo poderá ser redistribuído</p> <p>(A) sem burocracia por ordem da direção do órgão.</p> <p>(B) somente no caso de extinção de entidade.</p> <p>(C) a outro órgão apenas quando estiver vago.</p> <p>(D) somente a requerimento do seu ocupante.</p> <p>(E) <i>ex officio</i> pela Administração Pública.</p>	<p>28. Alguns atos de improbidade administrativa importam enriquecimento ilícito, enquanto outros causam prejuízo ao erário. Outros, ainda, atentam contra os princípios da Administração Pública. Todavia, NÃO é ato de improbidade administrativa</p> <p>(A) permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.</p> <p>(B) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.</p> <p>(C) retardar ou deixar de praticar ato de ofício, declinando suas justificativas.</p> <p>(D) liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes.</p> <p>(E) usar, em proveito próprio, bens integrantes do acervo patrimonial público.</p>
<p>25. Ao servidor público federal é proibido:</p> <p>(A) participar de gerência de sociedade civil.</p> <p>(B) exercer o comércio na qualidade de comanditário.</p> <p>(C) participar do conselho de administração de empresa em que a União detenha indiretamente participação no capital social.</p> <p>(D) exercer o comércio na qualidade de cotista.</p> <p>(E) participar do conselho fiscal de empresa em que a União detenha diretamente participação no capital social.</p>	<p>29. A Lei nº 8.429/92, conhecida como "Lei de Improbidade Administrativa", determina, ao fixar as penas previstas para a prática dos atos descritos, que</p> <p>(A) o Juiz, na fixação das penas, levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.</p> <p>(B) suas cominações e as sanções penais, civis e administrativas pelos mesmos fatos são interdependentes.</p> <p>(C) a sanção de suspensão de direitos políticos tem seu limite máximo no direito brasileiro fixado em 8 anos.</p> <p>(D) a multa civil tem seu limite máximo fixado em até cem vezes o valor da remuneração do servidor agente.</p> <p>(E) o ressarcimento integral do dano ao erário consiste no confisco e na perda de bens até esse valor.</p>
<p>26. Eunápio requereu sua inscrição como eleitor e o Juiz eleitoral deferiu o alistamento. Desse deferimento, poderá recorrer qualquer</p> <p>(A) brasileiro, nato ou naturalizado.</p> <p>(B) pessoa, mesmo o estrangeiro.</p> <p>(C) parente do alistando.</p> <p>(D) Delegado de Partido Político.</p> <p>(E) Fiscal de Partido Político.</p>	<p>30. Setembrino foi nomeado para emprego em uma Fundação Pública e tomou posse sem apresentar declaração de bens. Nesse caso, a posse é</p> <p>(A) correta, porque a exigência é apenas condição do exercício.</p> <p>(B) correta, porque esse emprego independe da declaração.</p> <p>(C) correta, porque ela independe da declaração.</p> <p>(D) válida, embora irregular.</p> <p>(E) nula.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Instruções: As questões de números 31 a 34 devem ser respondidas tendo em vista o contido nos demonstrativos contábeis de uma entidade mercantil, resultantes exclusivamente do balancete e dos ajustes (valores em R\$M quando não mencionado, %) a seguir indicados:

Balancete de Verificação do Razão em 31/12/X1		
Contas	Débito	Crédito
Compras	200	
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	10	
Bancos C/ Movimento	15	
Mercadorias – Estoque	40	
Lucros Acumulados		37
Clientes	110	
Capital		150
Despesas do Exercício Seguinte	20	
Vendas		300
Móveis e Utensílios	160	
Receitas Diversas		20
Despesas Pré Operacionais	15	
Receitas Diferidas		18
Fornecedores		50
Contas a Pagar		25
Despesas Operacionais	30	
Totais	600	600

Ajustes a registrar

Estoque Final	50
Depreciação de Móveis e Utensílios	10%
Amortização	20%
Provisão para inadimplências	10%
Provisão p/imposto de renda	5

Destinação dos lucros:

Lucros Atribuídos	40
Reservas de Lucros	30

31. Ativo Permanente

- (A) 175
- (B) 172
- (C) 156
- (D) 153
- (E) 144

32. Passivo Circulante

- (A) 138
- (B) 120
- (C) 118
- (D) 100
- (E) 93

33. Patrimônio Líquido

- (A) 232
- (B) 212
- (C) 205
- (D) 190
- (E) 185

34. Ativo Circulante (parte realizável)

- (A) 158
- (B) 159
- (C) 169
- (D) 180
- (E) 189

35. "Todas as receitas e despesas constarão da Lei do Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções", constitui enunciado do princípio orçamentário

- (A) da unidade.
- (B) da universalidade.
- (C) da não afetação da receita.
- (D) do orçamento bruto.
- (E) da exclusividade.

36. Constar da Lei do Orçamento dispositivo que autorize contratação de operação de crédito para atender eventual insuficiência de tesouraria constitui exceção ao princípio orçamentário da

- (A) unidade.
- (B) universalidade.
- (C) não afetação da receita.
- (D) discriminação.
- (E) exclusividade.

Instruções para as questões de números 37 e 38.

Estas questões deverão ser respondidas considerando que as posições da despesa orçamentária de uma entidade de direito público, no fim de um período de apuração, em R\$M, eram as seguintes:

a.	despesa fixada no orçamento	100
b.	créditos adicionais abertos com recursos de excesso de arrecadação	30
c.	créditos adicionais abertos com recursos de anulação de despesa fixada no orçamento ou em créditos adicionais abertos no exercício	10
d.	créditos adicionais abertos com recursos de saldo do orçamento	15
e.	economia orçamentária do exercício	10
f.	despesa liquidada	110
g.	despesa paga	90

37. Os restos a pagar processados do exercício somaram

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 20
- (D) 25
- (E) 30

38. Os restos a pagar não processados no exercício foram

- (A) 40
- (B) 35
- (C) 30
- (D) 25
- (E) 20

39. A diferença positiva entre a receita corrente e a despesa corrente, apurada na demonstração do balanceamento das receitas e despesas por categoria econômica contida no anexo 1, da Lei nº 4.320/64, quando esse anexo acompanha a proposta orçamentária de uma entidade governamental, indica

- (A) capacidade orçamentária de cobrir investimentos.
- (B) capacidade de obter superávit financeiro.
- (C) tendência para obter superávit de previsão.
- (D) tendência para obter déficits de resultado patrimonial.
- (E) condição para o endividamento.

40. Relativamente à classificação da despesa orçamentária por natureza, constitui a síntese racional da discriminação mínima exigida para o orçamento, pela Lei nº 4.320/64,

- (A) a categoria econômica.
- (B) o grupo.
- (C) o elemento.
- (D) a classificação institucional.
- (E) o subelemento.

41. A Constituição Federal de 1967 estabelecia, como exceção ao princípio orçamentário da exclusividade, a possibilidade de constar a "aplicação do saldo e o modo de cobrir o déficit". A Constituição de 1988 inovou, estabelecendo que esse saldo do orçamento poderia ser utilizado mediante créditos especiais ou suplementares com prévia e específica autorização legislativa. Isso significa que, no caso específico de créditos suplementares, a utilização desse saldo do orçamento NÃO pode ocorrer pela autorização

- (A) que decorra de lei originária de medida provisória.
- (B) que decorra de lei não complementar.
- (C) que decorra de lei ordinária.
- (D) que decorra de decreto legislativo.
- (E) permitida, usualmente, na Lei do Orçamento.

42. A Lei nº 4.320/64 estabeleceu que os créditos especiais e extraordinários têm vigência adstrita ao exercício financeiro em que são abertos, salvo expressa disposição legal em contrário. A Constituição atual permitiu que tais créditos fossem reabertos nos limites de seus saldos, incorporando-se ao orçamento do exercício seguinte, quando o ato de autorização tenha sido promulgado nos quatro últimos meses do exercício, ou seja, após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo ao Legislativo, passando, assim, a ter vigência anual. Porém, nenhum desses diplomas legais cogitou dos recursos de cobertura dos créditos assim transferidos, ou seja, reabertos. Considerando o princípio orçamentário do equilíbrio e que tais saldos reabertos representaram economia orçamentária no exercício financeiro de sua autorização, no momento da reabertura deve-se ter como pressuposto que tais créditos são cobertos com recursos

- (A) de excesso de arrecadação.
- (B) do saldo do orçamento.
- (C) aflorados no exercício da reabertura.
- (D) de anulação de despesa fixada.
- (E) do superávit financeiro.

43. O excesso de arrecadação estimado até 31 de dezembro, considerados o comportamento da receita arrecadada em relação à prevista no orçamento e a tendência do exercício, somente poderá ser utilizado no valor que exceder os créditos

- (A) adicionais.
- (B) sem cobertura.
- (C) suplementares.
- (D) especiais.
- (E) reabertos.

44. Os valores que figuram como receitas extra-orçamentárias no balanço financeiro são ingressos de recursos financeiros que, contabilmente, acarretaram diminuições de contas de

- (A) ativo financeiro realizável.
- (B) passivo financeiro.
- (C) ativo permanente.
- (D) passivo permanente.
- (E) ativo ou de passivo financeiros.

<p>45. No balanço financeiro, constam: do lado esquerdo, as receitas orçamentárias e extra-orçamentárias, e a disponibilidade inicial e, do lado direito, as despesas orçamentárias e extra-orçamentárias e a disponibilidade final. Sempre que um passivo financeiro se converte em receita orçamentária, além de assim figurar no balanço financeiro, nele ainda resulta em</p> <p>(A) aumento de disponível. (B) diminuição de disponível. (C) anulação de despesa orçamentária. (D) despesa extra-orçamentária. (E) receita extra-orçamentária.</p>	<p>49. As variações patrimoniais independentes da execução orçamentária passiva, além de não representarem fluxo financeiro, são sempre fatos</p> <p>(A) modificativos diminutivos. (B) modificativos aumentativos. (C) permutativos. (D) mistos aumentativos. (E) neutros.</p>
<p>46. Há lançamentos contábeis que implicam simultaneamente em registros por partidas dobradas em mais de um sistema de contas independentes. Um registro dessa natureza pode ter os seguintes reflexos, considerados os lançamentos por partida dobrada feitos em cada um desses sistemas:</p> <p>Débito – em conta de passivo permanente no sistema patrimonial</p> <p>Crédito – em conta representativa de despesa empenhada a liquidar do sistema Orçamentário</p> <p>Crédito – em conta representativa de resíduos passivos da execução orçamentária no sistema financeiro</p> <p>Uma operação que possua essas características constitui uma</p> <p>(A) despesa extra-orçamentária. (B) despesa orçamentária efetiva. (C) despesa orçamentária de mutações. (D) variação independente da execução orçamentária - Ativa. (E) variação independente da execução orçamentária - Passiva.</p>	<p>50. Constitui prática contábil consagrada e/ou obrigatória o registro no sistema compensado de</p> <p>(A) depósito recebido de terceiros em dinheiro. (B) consignações retidas a favor de terceiros. (C) responsabilidade já apurada e registrada, decorrente de desvio de valores. (D) bem móvel próprio definitivamente considerado extraviado. (E) depósitos de FGTS de não optantes.</p>
<p>47. As receitas e despesas orçamentárias relativas a fatos modificativos, excetuados os registros destinados à apuração do resultado patrimonial, caracterizam-se por nunca exigirem lançamento em sistema</p> <p>(A) financeiro. (B) patrimonial. (C) orçamentário. (D) compensado. (E) financeiro/compensado.</p>	<p>51. A amostragem é utilizada pela auditoria principalmente para</p> <p>(A) reduzir o custo dos serviços. (B) diminuir o tempo da execução dos serviços. (C) permitir adequado grau de confiabilidade. (D) possibilitar o planejamento da auditoria com a auditada. (E) reduzir o universo das informações a serem avaliadas.</p>
<p>48. Uma variação patrimonial não relacionada com a execução orçamentária que afete contas de ativo financeiro ou de passivo financeiro, considerados seus sistemas de contas independentes, exige utilização de contas</p> <p>(A) de ativo permanente. (B) de passivo permanente. (C) de ativo compensado. (D) interferenciais. (E) de passivo compensado.</p>	<p>52. A principal função dos papéis de trabalho do auditor é a de</p> <p>(A) comprovar os exames realizados. (B) possibilitar ao auditor supervisionar os trabalhos da sua equipe. (C) fundamentar a opinião da equipe supervisionada. (D) comprovar a observância do seu planejamento. (E) comprovar o adequado cumprimento das normas de auditoria.</p> <p>53. Os principais interesses do auditor em relação ao sistema de controle interno são</p> <p>(A) o reflexo e a natureza das informações objeto dos exames. (B) a detecção e caracterização de fraudes de qualquer natureza. (C) a detecção e análise dos pontos fortes e fracos, a fim de constarem em seu parecer. (D) a ênfase e a profundidade com que deve aplicar os testes de auditoria. (E) a estrutura e o funcionamento do sistema sob sua inteira responsabilidade.</p>

Instruções para as questões de números 54 a 60.

Estas questões deverão ser respondidas tendo em vista as demonstrações contábeis resultantes do registro das operações, a partir dos saldos iniciais, como a seguir indicado (em R\$M):

Saldos iniciais: Sistema Financeiro: Bancos C/ Movimento 60, Responsabilidades Inscritas 5, Restos a Pagar Processados 20, Restos a Pagar Não Processados 2, Consignações 3, Transferências Financeiras 40. Sistema Patrimonial: Bens Móveis 28, Bens Adquiridos a Receber 2, Dívida Ativa 15, Almoxarifado 8, Dívida Fundada 18, Saldo Patrimonial 75 e Transferências Patrimoniais 40. Sistema Compensado: Valores de Terceiros 10 e Contrapartida de Valores de Terceiros 10.

Ocorrências do exercício financeiro:

1. Orçamento aprovado para o período e créditos adicionais abertos:

a. receitas nele previstas:		b. despesas nele fixadas:	
Impostos	25	Pessoal	25
Taxas	10	Material de Consumo	15
Receita de Dívida Ativa	5	Encargos das Dívidas	3
Operações de Crédito	<u>10</u> 50	Amortização da Dívida	<u>7</u> 50
c. crédito especial aberto para conservação de estradas com recursos: de anulação de Pessoal 4 e de excesso de arrecadação 6. Valor do crédito aberto.			10

2. Arrecadação do período por banco:

a. de impostos: via amigável 41 e via executiva 7. Total		48	
b. de taxas, via amigável.		6	
c. de operações de crédito a serem amortizadas a partir do exercício seguinte.		10	
d. venda de bens móveis, com valor contábil de 12, pelo valor de		<u>10</u>	74
e. empréstimo tomado como antecipação de receita no valor de 8, sendo, após a dedução dos encargos no valor de 2, creditado pelo banco o valor líquido de			<u>6</u> 80

3. Da despesa fixada no período, deixaram de ser empenhados os valores: a) de pessoal 2; e b) de material de consumo 3; sendo empenhado o total de 51

4. Das despesas empenhadas no período, deixou de ser liquidado o valor de 3 de material de consumo a ser entregue com entrada no Almoxarifado, permanecendo como bens adquiridos a receber, e foram descontadas consignações em folha de pagamento de pessoal no valor de 5, liquidado o valor bruto de 48

5. pagamentos do período por banco:

a. da despesa orçamentária liquidada até 31/12: a folha de pagamento do mês de dezembro no valor de 3 não foi paga; b. o valor de 5 de consignações ficou para ser pago a esse título; e c) o valor de 2 de encargos da dívida flutuante já havia sido quitado com o empréstimo por antecipação de receita. Assim sendo, o valor pago da despesa orçamentária do período foi de			38
b. da despesa empenhada no período anterior, sendo: a) de material de consumo com valor de 2, pendente em bens adquiridos a receber no período anterior foi entregue ao Almoxarifado e liquidado; e b) a despesa que já estava liquidada no valor de 20, num total de			22
c. recolhimento para as consignatárias de valores anteriormente retidos			5
d. pagamento do empréstimo por antecipação de receita			<u>8</u> 73

6. registro em restos a pagar: a) da despesa empenhada e liquidada no valor de 3; b) da relativa a material de consumo, constituindo bens adquiridos a receber, no valor de 3. Total 6

7. outras ocorrências do exercício:

a. bem imóvel recebido por doação			7
b. requisições de materiais feitas ao Almoxarifado para consumo e atendidas			15
c. correção monetária da dívida fundada			6
d. valor dos impostos inscritos em dívida ativa			15
e. devolução a terceiros de títulos que se encontravam caucionados			4

54. Despesa Extra-orçamentária

- (A) 22
(B) 27
(C) 28
(D) 33
(E) 35

55. Passivo Financeiro

- (A) 3
 - (B) 6
 - (C) 9
 - (D) 16
 - (E) 18
-

56. Superávit Financeiro do exercício

- (A) 53
 - (B) 63
 - (C) 65
 - (D) 85
 - (E) 87
-

57. Ativo Permanente

- (A) 42
 - (B) 49
 - (C) 50
 - (D) 53
 - (E) 55
-

58. Resultado Patrimonial

- (A) 14
 - (B) 16
 - (C) 18
 - (D) 20
 - (E) 21
-

59. Mutações Patrimoniais Passivas

- (A) 29
 - (B) 27
 - (C) 20
 - (D) 17
 - (E) 7
-

60. Variações Independentes da Execução Orçamentária Passivas

- (A) 23
 - (B) 21
 - (C) 17
 - (D) 15
 - (E) 8
-